

Uma narrativa sobre a RTP

A narrative on portuguese television RTP

Maria Érica de Oliveira Lima

Doutora em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Núcleo "Mídia Regional ao Global", sob a coordenação da profa. Anamaria Fadul, Umesp.

E-mail: merical@uol.com.br

Resumo

Relato que apresenta a RTP, grupo estatal português, numa narrativa conceitual construída a partir da "demissão em bloco da Directoria de Informação", novembro de 2004. Técnicas: Histórico-descritiva e bibliográfica. O grupo RTP e sua relação com o poder, à imagem enquanto pauta na mídia portuguesa e a investigação por parte da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) são alguns dos pontos abordados neste relato de pesquisa. Conclusões: maior conhecimento por parte do receptor, cidadão e contribuinte da RTP e o desfecho do caso por parte da AACS como exercício de uma democracia social e midiática.

Palavras-chave: Mídia, Televisão, RTP, Diretoria de Informação, Portugal.

Introdução

Escrever um artigo sobre o grupo de mídia estatal português, RTP, não é tarefa fácil. Entender o contexto da mídia em Portugal, seu histórico, sua cultura de nascimento e suas influências políticas e econômicas, nos faz mergulhar num universo rico e ao mesmo tempo, complexo.

Em Julho de 2004, por conta da bolsa concedida pelo Programa AlBan – Programa de Bolsa de Alto Nível da União Europeia para a América Latina – na condição de Doutorado *Sandwich*, na Universidade Fernando Pessoa, na cidade do Porto, sob a orientação do prof. Dr. Jorge Pedro Sousa foi possível atravessar o atlântico, participar de perto desta experiência e reflexão. Através da história, transformações, evolução, perspectivas futuras, podemos dizer que a mídia em Portugal, seja ela impressa, televisiva, radiofônica, publicitária, vem despertando, ao longo dos anos, uma aproximação entre os pesquisadores brasileiros, universidades e centros de pesquisa. Nossa primeira intenção é entender este país que pensamos ser tão próximo, mas por suas

particularidades e complexidades, também nos é distante.

Sob uma narrativa, tendo como pano de fundo a RTP e o caso da demissão em bloco dos jornalistas José Rodrigues dos Santos, Judite de Sousa, Miguel Barroso, Manuel da Costa e Maria José Nunes, logo após o resultado de um concurso interno para correspondentes no estrangeiro, a RTP teve sua imagem estampada nos principais órgãos de imprensa no país, desencadeando uma discussão sobre poder, política, serviço público e protecionismo.

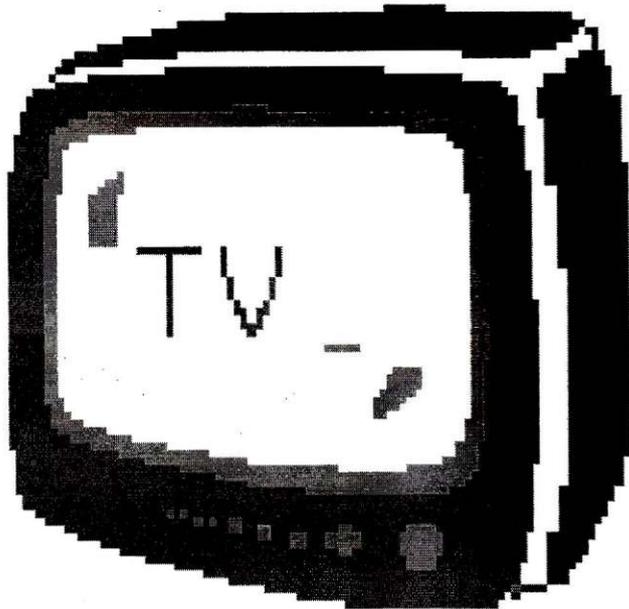
A Televisão em Portugal

Enquanto muitos outros países – Estados Unidos e Grã-Bretanha foram os precursores – avançaram nas tecnologias, Portugal, em plena ditadura, "caminhava" a passos lentos nesse rumo. Em 1953 o governo Salazar encarrega Francisco Bordado Machado, então responsável pelo Gabinete de Estudos e Ensaios da Emissora Nacional, de elaborar um relatório, projeto que conduziu à instalação de uma emissora de televisão no país (CÁDIMA, 1996, p.26). Em julho de 1954 é concluído este relatório, cujo

conteúdo visa além do caráter técnico, também econômico. A introdução da televisão em Portugal ainda iria caminhar a passos lentos. Somente no final de 1955 surge, então, a escritura dos estatutos da RTP—uma entidade que iria assumir, por decisão governamental, a concessão do serviço público de televisão. O grande detalhe: em exclusividade. Mas toda a estrutura da televisão pública seria acompanhada pelo poder Executivo, com regras muito bem definidas.

O pesquisador Francisco Rui Cádima, da Universidade Nova de Lisboa, nos aponta que Marcello Caetano, na época, Ministro da Presidência, foi o responsável a vencer as resistências de Salazar à introdução da televisão em Portugal, pois ficou com a tarefa de conceber o edifício que deveria ocupar a RTP e a constituição da Sociedade, de capitais mistos, que iria compor toda a estrutura da emissora (CÁDIMA, 1996, pp.27-26).

Ainda a passos lentos, o projeto efetivo de uma televisão começou tomar forma em 1956. Em 1957 o governo autorizou a compra dos primeiros equipamentos e dos terrenos para a instalação da RTP. Segundo, Pedro Manuel Coelho, as primeiras emissões experimentais da RTP foram de 1956, na Feira Popular, Lisboa. A primeira ocorreu a 4 de setembro. Até final deste mesmo mês, a data em que cessa o primeiro bloco de emissões experimentais a partir da Feira Popular, foram produzidas 24 transmissões, em cerca de 50 horas (2003, p. 46). Essa fase experimental foi retomada em 1956, 3 de dezembro, já em estúdios, no Lumiar. Mas, como bem lembram os pesquisadores portugueses em Comunicação, a televisão em Portugal se dá 30 anos após o início das emissões regulares da BBC de



Londres.

Contudo, somente em 1957, as emissões passam a ser regulares, mas precisamente, em 7 de março. Enquanto isso, segundo Coelho:

Salazar, o presidente do Conselho, permanece divorciado do novo meio, Marcello Caetano, o ministro da Presidência e grande impulsionador da televisão, aproxima-se cada vez mais, aproveitando todas as virtualidades da televisão para estabelecer com a Nação uma ‘intimidade’ cada vez mais forte (2003, p. 46).

Como aponta o pesquisador Rui Cádima, Marcello Caetano, “grande adepto da personalização do poder”, compreendeu, desde logo, a força do meio e da forma como essa força poderia ser utilizada, inclusive, por interesses contrários ao que o Estado pregava. O ministro da Presidência achava a televisão “fortemente corruptível e presa fácil de aventureiros e charlatões” (COELHO, 2003, p. 47)— confissão que revela em 1977, três anos depois da queda da ditadura e 20 anos sobre o início das emissões regulares.

Segundo Coelho, citando o

pesquisador Rui Cádima, o então ministro na época, Marcello Caetano afirmou que:

Fui o primeiro membro do governo a utilizar a TV para expor o país, em Junho de 1957, problemas de interesse geral. Não oculto que segui os primeiros passos da Radiotelevsão Portuguesa com profundo interesse e entusiasmo até. Não imaginava que, anos depois, como chefe do governo, ela me seria de tanta utilidade para o estabelecimento de uma corrente de comunicação entre mim e o povo português. Mas sabia, desde o início, que era um instrumento ideal para o governo se tornar popular ... se o merecesse (CÁDIMA, 1996, p. 35).

A história em Portugal revela muito bem o conhecimento do então ministro Marcello Caetano com relação a TV. Em 7 de setembro de 1968, após a “‘queda’ de Salazar da ‘cadeira’, na residência de Verão do Presidente do Conselho, no Estoril” (COELHO, 2003, p. 47), o então ministro o sucede, naturalmente, ao poder. E ao contrário do que pensava o antecessor – pois se dizia que não era bom orador, portanto, difícil manter uma comunicação com o país através da televisão – o Presidente Marcello Caetano não só utilizava a televisão para seus pronunciamentos, “diálogo cara a cara”, como também colocou a televisão ao serviço do governo.

A televisão em Portugal, sob o domínio do governo Marcello Caetano, vai tomando forma. O pesquisador Rui Cádima aponta que em 1969 é o ano “em que a informação televisiva se centrará na figura televisiva de Marcello Caetano”. Começou o programa “Conversas em Família”, cujo

objetivo era fazer uso de todo o seu “saber comunicacional”. Estabeleceu com o telespectador uma aliança, “pacto coloquial” apontando, a seguinte colocação na primeira transmissão:

Pareceu-me conveniente que, sobretudo no período que estamos a viver, houvesse possibilidade de contactos freqüentes entre os que têm a responsabilidade do poder e o comum dos portugueses. (...) Os actuais meios de comunicação permitem conversar directamente com as pessoas, sem formalismos, sem solenidades, sempre que seja julgado oportuno ou necessário. É essa conversa em família que vou tentar estabelecer de vez em quando através da rádio e da televisão (CÁDIMA, 1996, 213).

Foi esse o panorama de nascimento e desenvolvimento da RTP. O grupo carrega esta marca histórica que vai contribuir para sua condição ao longo dos anos.

Para entender a RTP

Raio X do grupo estatal português

Criação da *holding* Rádio e Televisão de Portugal SGPS.

Para além das funções de *holding* (controlo e serviços de suporte), comuns a todo o grupo, a Rádio e Televisão de Portugal SGPS gere 4 áreas operacionais:

Rádio e Televisão de Portugal (RTP) – RTP1, a dois, RTP-Açores, RTP-Madeira, RTP Internacional, RTP-África, RTPN, RTP Memória.

Radiodifusão Portuguesa (RDP): Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP Internacional, RDP África, RDP Açores, RDP Madeira.

RTP - Meios de Produção;
MediaParque.

Desde o dia 15 de novembro de 2004 até 01 de dezembro de 2005 foram dias tumultuados para o grupo de mídia RTP. A Direcção de Informação anunciou no dia 15/11 um comunicado oficializando a demissão em bloco. A partir da divulgação, a notícia começou a circular e no dia seguinte tornou-se principal manchete nos jornais de Portugal.

Em princípio da noite do próprio dia 15/11 foi confirmada pelo grupo de mídia RTP a demissão da Direcção, nas quais não foram dadas as justificativas para o sucedido.

O comunicado foi subscrito por José Rodrigues dos Santos, Judite de Sousa, Miguel Barroso, Manuel da Costa e Maria José Nunes, toda a equipe de Direcção de Informação, que na época, afirmou que: “a decisão foi tomada na sequência de duas reuniões, mantidas...com o Conselho de Administração da empresa pública (GASPAR; BARROSO, 2004, p. 53). Também da equipe demissionária fazia parte o jornalista Carlos Daniel, que por exercer funções na redação da empresa, na cidade do Porto, não assinou o documento. Porém, em pronunciamento ao *Jornal de Notícias* (JN), disse que também tinha intenção de deixar a direcção, por “solidariedade para com Rodrigues dos Santos” (GASPAR; BARROSO, 2004, p. 53).

Ao que apurou, na época, o *JN*, a demissão se deu pelo desagrado do ex-diretor em relação ao processo de colocação de correspondentes no estrangeiro. Num comunicado lido no “Telejornal” da própria RTP, o Conselho de Administração (CA) mostrou-se “surpreendido com a demissão a surgir devido à simples discordância na colocação de um correspondente” (GASPAR;

BARROSO, 2004, p. 53).

A colocação do correspondente estrangeiro fez parte de um concurso realizado pela RTP para atribuição de lugares em algumas delegações, tais como: Madrid, Guiné-Bissau e Moçambique. Na época, o júri do concurso foi presidido por Rodrigues dos Santos, que teve sua decisão alterada pelo CA da empresa pública.

De acordo com os trâmites internos da própria RTP, após uma demissão o nome de substituição depende de um parecer da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), neste exemplo, exigiu tempo oportuno para a Administração.

Devemos citar que anterior a este acontecimento, o deputado socialista, Arons de Carvalho – ex-secretário de Estado para a Comunicação Social – requereu no Parlamento sobre a notícia do semanário *Expresso* que dava conta de uma eventual demissão de José Rodrigues dos Santos.

O “eventual” comentário no semanário *Expresso* provocou uma audiência na AACS, quando na época, Rodrigues dos Santos, foi ouvido acerca do requerimento do deputado socialista. Segundo o *JN*, o diretor comentou aos jornalistas, à saída da reunião, que sua “realização profissional não dependia do exercício do cargo. Admitiu, porém, que gostaria de permanecer no posto” (GASPAR; BARROSO, 2004, p. 53).

Esse acontecimento envolvendo uma suposta saída de Rodrigues dos Santos provocou uma grande preocupação no âmbito político no parlamento português. Durante toda à tarde, após a divulgação da notícia no *Expresso*, os parlamentares de oposição, dos partidos PS (Partido Socialista), PCP (Partido Comunista Português) e BE (Bloco de Esquerda) solicitaram esclarecimentos, pois segundo fonte governamental, o

semanário “explicava que a continuidade do director Rodrigues dos Santos no cargo seria algo a ser avaliado”.

Em resposta deste episódio, o partido PSD (Partido Social Democrático) anunciou, na época, a viabilização a audição do CA da RTP na “Assembleia da República”, mas recusou a ida de qualquer membro do Governo para prestar esclarecimentos sobre o caso.

Paralelamente ao fato da demissão oficial da Direção da RTP, foi anunciado o adiamento de uma “Grande Entrevista” que estava agendada para o dia 16/11/2004 do então Primeiro-Ministro, na época, Santana Lopes, que seria convidado da jornalista Judite de Sousa (uma das demissionárias). Porém, segundo publicou o *JN*, o adiamento se deu porque o Primeiro-Ministro estava a se preparar para a discussão em plenário do Orçamento de Estado, uma vez que o Ministro das Finanças ainda se encontrava em convalescença (GASPAR; BARROSO, 2004, p. 53).

No dia 17/11/2004 ainda ocupando os principais diários de Portugal, a RTP ainda era notícia já que a mesma anunciava o empenho da Administração em resolver com maior brevidade a substituição do Director de Informação, José Rodrigues dos Santos.

Começou o clima de especulação! Segundo informação do *JN*, a procura de uma solução consensual e interna, em que fontes mais próximas do processo apontavam o nome do atual diretor da Informação da RDP, Luís Marinho. “Ele é o nome mais apontado para assumir o cargo, lugar que terá sido ponderado para outros candidatos da casa, como Nuno Santos ou José Alberto de Carvalho, e ainda, Eduarda Maio” noticiou o *JN* (MARGATO, 2004, p. 61). Porém, as especulações continuavam. Os dois últimos nomes citados pelo *JN* eram

de prováveis membros dos novos cargos da equipe diretiva. A administração de Almerindo Marques e de Luís Marques, que mantinha boas relações com Luís Marinho, era, segundo o *JN*, “critério prioritário na escolha a boa aceitação que os novos membros possam ter na Redacção” (MARGATO, 2004, p. 61). Luís Marinho foi diretor-adjunto no início da *TVI* em Portugal, e também assumiu outros cargos na *SIC*.

Segundo o *JN*, na época, as motivações que originaram a demissão de José Rodrigues dos Santos, iriam ser apuradas pela AACS, na qual ouviria o ex-diretor e também a administração da RTP. A AACS, ainda em novembro de 2004, iria esclarecer que tipo de concurso interno foi estabelecido para merecimento das vagas, a alegação da interferência da administração na escolha de Rosa Veloso, para correspondente em Madrid, uma vez que a jornalista tinha ficado na quarta posição na lista apresentada por Rodrigues dos Santos. A gravidade da eventual intromissão da administração da RTP em contrária a decisão do director Rodrigues dos Santos foi durante, muito tempo, manchete principal nos diários de Portugal. Portanto, era importante investigar o carácter do concurso. Miguel Barroso, um dos demissionários da direção, em referência no *JN*, citou que: o “concurso era oficial e cumpria todos os trâmites previstos”. Paralelo a questão de comunicação social e administrativa da RTP, a questão política também agitava o cenário. O PSD entrou com uma requisição no Parlamento para uma audiência da administração da RTP e também com o ex-diretor, José Rodrigues dos Santos.

No dia 18/11/2004 a administração da RTP nomeou Luís Marinho, antigo RDP, para substituir

José Rodrigues dos Santos. Também José Alberto de Carvalho para os lugares de diretor e diretor-adjunto para Informação da estação pública. Com essas modificações, na época, a RTP tinha para preencher os cargos semelhantes na RDP, já que houve a transferência do diretor e os nomes dos restantes para formação de toda a equipe. Foi cogitado também pela imprensa de Portugal, que poderia haver uma única Direcção que pudesse unir RTP com a RDP. Mas, depois da confirmação de Luís Marinho para a RTP, deixando a RDP, essa hipótese não foi para frente.

Com alguns nomes definidos, a imprensa de Portugal começava a especular outras indicações para formação da equipe. O *JN* apurou que José Alberto Carvalho queria trazer para sua equipe um jornalista da *SIC*, que na emissora privada tinha a função de coordenador da edição matinal da *SIC Notícias*, e com quem trabalhou durante vários anos na edição no *Jornal da Noite*, onde assumiu funções do mesmo género. O jornalista interessado para formar a equipe de José Alberto era Miguel Monteiro – que teria a tarefa de coordenar o Telejornal.

A imprensa portuguesa continuava na sua busca de informação, notícias precipitadas e especulações quando se tratava dos nomes para formar a “equipa de Direcção de Informação” da RTP. Por isso, comentava-se que a escolha do restante dos nomes seria igualmente sensível para a administração da RTP. O fato era que a proposta de uma ruptura com a anterior equipe inviabilizou, pelo menos à partida, as hipóteses de manutenção de Carlos Daniel, subdiretor de Informação para o Centro de Produção do Porto e de Miguel Barroso, ex-diretor-adjunto. Por outro lado, estes jornalistas

também tiveram comunicado que só voltariam aos cargos de chefia se o concurso que provocou a demissão de José Rodrigues dos Santos e, “por arrasto, as suas, fosse impugnado, o que a administração não estava disposta a fazer”, segundo referência no *JN* (MARGATO, 2004, p. 57).

Para a direcção da RDP, através do site do Clube dos Jornalistas, acrescentou que a indicação de João Barreiros ao lugar de Eduarda Maia, era um dos nomes já referidos internamente. Luís Marinho e José Alberto de Carvalho já trabalharam juntos na SIC, durante o período da direcção geral de Emídio Rangel.

Contudo, Luiz Andrade, diretor de Programas, reagiu à hipótese da sua substituição. Ele afirmou ao *JN* que tudo não passava de boatos. Só abandonaria o cargo em 2007, com o fim do mandato. Ironicamente, o diretor de Programa afirma ao *JN*: “parece que tem muita gente interessada em meu cargo” (MARGATO, 2004, p. 57).

Porém, a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) continuava avançando na investigação sobre o concurso e estava em busca de ouvir a jornalista Rosa Veloso, a propósito do lugar que lhe foi atribuído, além da administração e de Rodrigues dos Santos. Também coube a AACS emitir um parecer vinculativo sobre as nomeações dos novos diretores, na época, para a RTP.

No dia 22/11/2004 os responsáveis pelas televisões nacionais voltaram a fazer parte da agenda política do Parlamento em Lisboa. José Rodrigues dos Santos foi ouvido pela manhã desse mesmo dia na Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), para logo mais à tarde ter seguido a Assembleia da República, onde prestou esclarecimentos sobre a mesma matéria: “as motivações que

originaram o seu pedido de demissão do cargo de director da área informativa da estação pública” (MARGATO, 2004b, 48).

Almerindo Marques, presidente do conselho de administração da RTP, também deu a sua versão aos deputados logo depois do encontro com José Rodrigues dos Santos. E posteriormente, teve um encontro marcado com a entidade que zela pela regulação do audiovisual nacional, a AACCS.

Na versão de Almerindo Marques, a atribuição do lugar de correspondente da RTP em Madrid a uma jornalista que não se encontrava entre as primeiras três nomeações propostas pelo júri, que na época, foi presidido por Rodrigues dos Santos, não pressupõe qualquer tipo de ilegitimidade. Em explicação no *JN*, “cabe à administração uma palavra final nestas nomeações” (MARGATO, 2004b, p. 48).

Na edição do dia 22/11/2004 o *JN* publica as seguintes palavras do Presidente da Administração da RTP:

Tivemos boas razões em termos de gestão de recursos humanos para optarmos pela correspondente em causa em detrimento dos seus colegas (...). O primeiro da lista, pediu ele próprio para ser correspondente em África, em Moçambique; os segundos classificados por razões de gestão interna de recursos humanos não apresentavam as melhores condições e, por isso, entendemos que deveria ser o quarto a ocupar o lugar.

No entanto, a suspeita de algum tipo de irregularidade nesta escolha, traduzida no que vulgarmente se chama de “cunha” em Portugal, segundo citação no *JN*, foi totalmente descartada pelo presidente da estação

pública. “Não houve, nem haverá nunca, ingerência do poder político nestas questões de empresa” (MARGATO, 2004b, p. 48) – Palavras do Presidente da RTP, Almerindo Marques.

Porém, as especulações e investigações continuavam. Afinal, o ponto de partida desta crise se deu, devido, a desautorização de José Rodrigues dos Santos, com relação a escolha do correspondente de Madrid.

A decisão da escolha dos correspondentes internacionais foi divulgada na RTP via intranet e afixada sem que tivesse sido comunicado previamente, ao director José Rodrigues dos Santos. Por outro lado, o júri, presidido por Rodrigues dos Santos, tinha classificado a jornalista Rosa Veloso na quarta posição. As explicações sobre o episódio ainda não tinha sido abordadas pelo ex-responsável pela Informação da estação pública, porque este preferiu, na época ficar em silêncio. Porém, segundo fontes próximas e publicadas no *JN*, “a imposição final da administração e a falta de aviso prévio foram vistas como uma forma de desautorização do então director” (MARGATO, 2004b, p. 48).

Contudo, existem duas versões sobre o conhecimento oficial da colocação da correspondente internacional. Colegas da jornalista dizem que esta já sabia da ida para Madrid antes de se tornar pública, a 11 de Novembro de 2004. Contactada pelo *JN*, Rosa Veloso negou a antecipação.

Porém o Conselho de Redacção veio dizer que não existia efetivamente um regulamento interno para este tipo de concurso, abrindo, um flanco para a variedade de leituras e especulações por parte da imprensa portuguesa.

Mas, para a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACCS)

adiantou, na época, ao *JN*, em nota, que neste episódio teria contornos semelhantes ao “caso Marcelo”¹:

Aparentemente, segundo o que foi referido sobre a matéria, parece ter havido uma interferência de administração numa decisão interna da Direcção de Informação. Mas só depois de ouvidas as partes é que poderemos fazer uma avaliação rigorosa” – Palavras da AACS (MARGATO, 2004b, p. 48).

Dando continuidade ao fato, a AACS também acabou por ouvir toda a equipe da Direcção da Informação, que por “solidariedade”, se demitiu em bloco.

No dia 23/11/2004, mais um capítulo da demissão em bloco da Direcção de Informação da RTP e a imprensa portuguesa destacava que o ex-diretor fazia acusações de “ingerência editorial”.

Mas, para o presidente do Conselho de Administração (CA) da estação pública, Almerindo Marques, explicou em Comissão Parlamentar, que “aceitar a classificação ordinal nos concursos internos iria dividir a empresa, levando à demissão de um quadro superior da RTP a exercer funções alheias” (MARGATO; BARROSO, 2004, 53). Assim explicou Almerindo Marques aos deputados algumas das razões que levaram o CA a não aceitar as nomeações propostas pela Direcção de Informação (DI), na época, comandada por José Rodrigues dos Santos.

Ou seja, apontou o *JN*:

se a lista proposta pela DI fosse levada em conta por ordem de classificação, demitir-se-ia de imediato alguém que o CA considera importante para a estação pública. Ficaram por apurar contornos mais precisos desta frase enigmática e, pelos

vistos, condicionante” (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53).

Mas, quem acabou por se demitir, das funções de Director de Informação, foi o próprio José Rodrigues dos Santos que, entretanto, ficou como sendo o “pivô da história” retratado pelo Telejornal da RTP1.

Na época, o diretor demissionário foi falar também ao Parlamento e explicou a sua decisão, colocando a questão na “balança da moral e da credibilidade”:

O Conselho de Administração nomeou um correspondente em Madrid contra as indicações dadas pelo colectivo editorial da Direcção de Informação e eu não posso pactuar com esse facto, sob pena de me tornar um boneco (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53).

Para Rodrigues dos Santos o cargo de Director de Informação acarreta “um conjunto de poderes que são inalienáveis”, já que, “é o responsável pelos conteúdos informativos. Escolhem-se alguém contra a minha indicação, eu não posso responsabilizar-me pelo trabalho dessa pessoa”, conclui o ex-diretor ao *JN*.

Contudo, a imprensa portuguesa fez a pergunta: existiram pressões que o tivessem levado a esta decisão? Rodrigues dos Santos esclareceu na época: “Não fui pressionado, se considerarmos pressão como uma ameaça, directa ou indirecta” (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53).

Uma retrospectiva merece destaque neste episódio. Quando José Rodrigues dos Santos chegou a Director de Informação, foi ele mesmo o responsável, com autorização do CA para a

¹ A 6 de Outubro de 2004, Marcelo Rebelo de Sousa anunciou que iria cessar a sua colaboração com a TVI, no qual exercia a função de comentador desde Maio de 2000. “Esta decisão surgiu após uma intervenção do ministro Rui Gomes da Silva, que manifestou o seu desagrado pela forma como o Governo era criticado por Marcelo Rebelo de Sousa sem que houvesse lugar ao direito de resposta; a esta intervenção seguir-se-ia uma conversa com Miguel Paes do Amaral, presidente da *Media Capital*, na qual este teria pedido a Marcelo que moderasse as suas críticas. A situação foi tanto mais polémica quanto às intervenções do ‘professor Marcelo’ eram ouvidas regularmente por uma vasta audiência televisiva”. Apesar de a direcção do grupo *Media Capital* ter na altura declarado que a decisão do ex-presidente do PSD foi da sua exclusiva responsabilidade, abriu-se a polémica sobre eventuais restrições à liberdade de imprensa. A Alta Autoridade para a Comunicação Social resolveu intervir e investigar. Foram realizadas audiências com vários dirigentes de órgãos de comunicação social. A AACS acabou por concluir que “houve pressões do Governo e promiscuidade entre o poder político e económico, tanto no caso do “Professor Marcelo” na TVI, como no caso da direcção do *Diário de Notícias*, que entretanto mudou de mãos num processo acidentado”.

implantação de concursos internos para atribuição de cargos de chefias ou de correspondentes. “Antes, as nomeações eram feitas por escolha directa e notavam-se muitas influências e arbitrariedades”, explica Rodrigues dos Santos ao *JN* (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53).

Desde Setembro de 2002 foram feitos 14 concursos internos na RTP. Justamente no 15.º. que houve um grande problema entre a DI e o CA. Almerindo Marques, explicou aos deputados que nunca foi levado em conta a ordem de classificação da lista de jornalistas entregue pelo DI, como aponta o *JN*... mas apenas o critério de apto ou inapto.

Apesar deste episódio, o presidente adiantou que a jornalista escolhida, que ficou em quarto lugar na lista da DI, tem mais qualificações do que o segundo da lista: “ressalvados os critérios jornalísticos, a colocação de um correspondente é um acto de gestão, o concurso não foi homologado pois a DI considerou apenas a escolha por critérios editoriais”, explicou o presidente (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53). Além de tudo, “é que a RTP também quer os seus funcionários em serviços de representação da empresa, assim como a fazer a gestão da delegação onde são colocados” finaliza o presidente.

A polémica da demissão em bloco da Direcção de Informação da RTP continuava a estampar os principais jornais de Portugal. No dia 24/11/2004 a administração da RTP, através do “braço direito” do presidente da estação pública, Luís Marques, explicou que as declarações tidas como “polémicas do presidente, apenas quiseram dizer que o acrescento de mais detalhes sobre os candidatos ao lugar em Madrid poderia vir a ferir a

susceptibilidade desses jornalistas” (MARGATO; BARROSO, 2004b, p. 61). Ainda completou: “é dever da administração salvaguardar os seus quadros, protegê-los” e ressaltou ainda que: “as revelações de Almerindo Marques poderiam criar situações constrangedoras” (MARGATO; BARROSO, 2004b, p. 61). Essa foi a opinião de Luís Marques em relação ao depoimento do presidente da RTP em Comissão Parlamentar.

Para o *JN*, o braço direito do presidente da RTP desvalorizou o a afirmação de Almerindo Marques – “um quadro superior a exercer funções ter-se-ia demitido, se tivéssemos assumido a classificação ordinal”. E admite que possa, sim ter havido um problema de interpretação: “num debate de quatro horas há situações de grande tensão que podem gerar alguns momentos de equívocos na interpretação” (MARGATO; BARROSO, 2004b, p. 61).

A declaração do presidente Almerindo Marques a Comissão Parlamentar trouxe várias dúvidas porque foi citado o nome de Pedro Bicudo, correspondente em Washington, e o quinto classificado do concurso. De acordo com o *JN*, seria ele o tal “quadro superior” que, supostamente, teria ameaçado demitir-se se o lugar fosse preenchido por Duarte Valente, o segundo da lista. Esta versão tornou-se “popular nos corredores da Assembleia, mas, por outro lado, foi considerada pouco legítima para fontes mais próximas do processo” (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53). De acordo com outras afirmações, esse comentário não passa de informação para confundir os partidos de oposição.

Ao que o *JN* apurou, na época, Pedro Bicudo não tinha razão para evocar o segundo lugar no concurso,

pois o jornalista há 7 anos pertencia ao quadro de redação da RTP, no Porto, já passou antes pela redação da TVI. As mesmas fontes disseram ainda que teriam dificuldades de entender como é que essa tal outra decisão, baseada na ordem apresentada, poderia provocar “problemas internos”.

A eventual ligação do jornalista Pedro Bicudo, correspondente em Washington, ao caso foi totalmente negada. “Não houve sequer nenhuma manifestação sua de desagrado perante o concurso”, afirma Luís Marques (MARGATO; BARROSO, 2004b, p. 61).

Porém, a investigação e citação de novos nomes não pararam por aí. Chegaram a comentar que o enigma do episódio seria Carlos Fino. Mas, o jornalista encontrava-se no Brasil exercendo funções de assessor de imprensa na embaixada de Portugal. Duarte Valente, o segundo colocado na lista, disse que continuava sem conhecer oficialmente o seu posicionamento na nomeação para Madrid, apesar de ter solicitado, várias vezes aos Recursos Humanos da RTP. Enquanto isso, a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) estava preste a concluir a minuciosa apuração dos fatos.

No dia 01/12/2004 o órgão regulador, a AACS, concluiu o parecer de que a escolha de correspondentes caberia aos responsáveis pelo departamento de Informação da RTP. A entidade considerou que houve “uma criticável falta de clareza na separação de responsabilidades entre administração e direcção de Informação”, no episódio da colocação de um jornalista em Madrid, que deu origem a demissão do então diretor José Rodrigues dos Santos (MARGATO, 2004b, p. 61).

AAACS ainda acrescentou que:

a escolha concreta para o cargo de correspondente da RTP no estrangeiro é uma função que cabe à direcção de Informação, a qual a deve exercer por inteiro, sem condicionalismos nem entraves (MARGATO, 2004b, p. 61).

Essa decisão da AACS foi à mesma posição defendida pelo ex-director da Informação, José Rodrigues dos Santos. Por isso, a Alta Autoridade recomendou que “no futuro, estas decisões estejam sujeitas à livre indicação do director de Informação, ressalvando que seria de toda a utilidade que existissem regras de concurso aprovadas pela direcção e administração da empresa” (MARGATO, 2004b, p. 61).

Também, coube a AACS a aprovação dos novos Directores de Informação. Os dois indigitados cumpriram os requisitos legais para assumirem os quadros e respectivas funções: Luís Marinho e José Alberto de Carvalho, para diretor e adjunto, Direcção de Informação.

Em 10/12/2004 o episódio da demissão em bloco da equipe de Direcção de Informação (DI) da RTP, finalmente, foi resolvida com a aquisição de José Manuel Portugal, que ficou responsável pela delegação de Coimbra, onde, aliás, a RTP e RDP funcionam em mesmo local. José Manuel foi o terceiro da subdirecção, que ainda foi composta por: Carlos Daniel e Miguel Barroso, estes últimos já com experiência nas funções, uma vez que foram reconduzidos dos cargos.

Na área da produção, a recente dupla directiva Luís Marinho e José Alberto Carvalho (adjunto) optaram por manter também os anteriores responsáveis: Maria José Nunes e Manuel da Costa. As indicações oficiais foram encaminhadas para a Alta Autoridade – órgão regulador em que cabe ter a última palavra

sobre as nomeações, embora, a apreciação não tenha caráter vinculativo.

José Manuel Portugal ficou responsável pela área da informação não diária e regional, função que acumulava com o cargo que exerceu em Coimbra. Carlos Daniel ficou exercendo semelhante papel a partir do Centro de Produção do Porto.

As condições dos responsáveis reconduzidos foram o maior motivo desta demora na indicação do restante da equipe. Afinal, os membros provenientes da anterior gestão se demitiram em solidariedade com José Rodrigues dos Santos e que a polêmica colocação da jornalista Rosa Veloso como correspondente em Madrid se manteve inalterada. Almerindo Marques, o presidente do Conselho de Administração, já o garantiu.

Os jornalistas reconduzidos na Direcção de Informação exigiram a criação, num curto espaço de tempo, de um regulamento para os concursos internos. A nova equipe – Luís Marinho, José Alberto Carvalho, Miguel Barroso, José Manuel Portugal e Carlos Daniel – tiveram um ponto comum na carreira, todos passaram pela SIC a convite de Emídio Rangel. Miguel Barroso foi o que permaneceu menos tempo em Carnaxide.

Considerações finais

O olhar do estrangeiro sob a RTP é um olhar por demais rico, na perspectiva de curiosidade, análise e comparação. Verificar esses acontecimentos envolvendo a RTP foi por demais interessante, no qual nos apontou para um ineditismo, sob o ponto de vista de análise acadêmica e também pessoal, assim como para reflexão sobre quais caminhos foram percorridos por parte do grupo estatal. Falar da RTP é falar de uma

história, identidade televisiva que se confunde com a identidade do povo português, certamente, por conta de décadas de hegemonia. Contudo, com abertura do capital midiático no país, e a entrada de novos grupos, como a SIC e a TVI, essa identidade nacional entre o português e a RTP vem ganhando, ao longo dos anos, uma nova relação: criticidade por parte do receptor, investimento por parte do emissor, atenção por parte de todos, principalmente, do cidadão e da mídia privada. Afinal, em Portugal, o cidadão paga um pequeno tributo embutido na taxa de eletricidade para a *holding* Rádio e Televisão estatal.

O caso da demissão em bloco da Direcção de Informação da RTP demonstrou a relação de poder na estação, que não foi favorável ao cumprimento das normas, valorização da ética e responsabilidade administrativa, de maneira a contribuir também nas produções e no jornalismo. Contudo, a partir desse exemplo da demissão e não cumprimento das regras de um concurso interno, desvendaram mais um acontecimento envolvendo a RTP, e devido as publicações das notícias, ao longo das semanas, possibilitam maior percepção por parte da população, por parte do contribuinte. Esse ponto é muito positivo. O caso da demissão na RTP rendeu muitos comentários e discussões no cotidiano dos portugueses.

Outro ponto relevante de nosso registro foi a entrada e participação das investigações por parte da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) – órgão regulador em que cabe ter a última palavra sobre as nomeações – no qual teve importante papel no esclarecimento dos fatos e na conclusão dos acontecimentos. De acordo com a AACS o parecer de escolha de correspondentes caberia aos responsáveis do departamento de

Informação e não a Administração Geral. Contudo, a jornalista Rosa Veloso manteve sua colocação em Madrid inalterada. Mas, a AACS recomendou que nas futuras decisões e indicações sejam vinculadas diretamente ao Director de Informação, além de clareza nas regras dos concursos por parte da Direcção e Administração da empresa. Também coube a AACS a aprovação dos novos Directores de Informação.

Por fim, esse acontecimento envolvendo a estação pública de rádio e televisão, conflito entre direcção e administração, relatos nas páginas de jornais, nos telejornais, apuração por parte de um órgão regulador como a Alta Autoridade para a Comunicação Social e o conhecimento por parte da população, demonstraram o quanto o panorama institucional e social favorecem a democracia e o espaço midiático.

Abstract

The author analyses the contribution to communication democratic processes from de point viewof the results of the investigation made by the High Authority on Social Communication on the information board of portuguese television RTP.

Keyword: portuguese television, democracy, investigation.

Referências

BALSEMÃO CRITICA USO DOS MEDIA POR POLÍTICOS. *Jornal de Notícias*, Porto, 17/10/2004a. p. 65
BARROSO, Ricardo Paz. RTP investe cada vez mais no documentário. *Jornal de Notícias*, Porto, 20/11/2004. p. 57
CÁDIMA, Francisco Rui. *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*. Lisboa: Ed. Presença, 1996.
CAMPONEZ, Carlos. *Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva, 2002. p. 289.

COELHO, Pedro Manuel Rouxinol Samina. *A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público: um estudo sobre a situação portuguesa. (Dissertação – Mestrado)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2003. p. 219.
“ECRÃ CASEIRO CONTINUA A SER UMA ESPÉCIE DE ANESTÉSICO”. *Jornal de Notícias*, Porto, 21/11/2004b. p. 65

ESTEVES, João Pissarra. Os media e a questão da identidade: sobre as leituras pós-modernas do fim do sujeito. In: MIRANDA, José A. Bragança de; SILVEIRA, Joel Frederico da. (Orgs). *As ciências da comunicação na viragem do século XX. Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Lisboa: Veja, 2002. pp.

FAUSTINO, Paulo. *A imprensa em Portugal: transformações e tendências*. Lisboa: Media XXI, 2004. p. 260

FIGUEIREDO, Alexandra; CÁDIMA, Francisco Rui; MARTINS, Zélia. Os media regionais em Portugal. In: PINHO, José Benedito. *Anuário Internacional de Comunicação lusófona*. LUSOCOM – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação / INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Ano 1, nº 1. Lisboa/São Paulo, abril de 2003. pp.

GASPAR, Ana. Recuperação de espólio da RTP concluída em 2007. *Jornal de Notícias*, Porto, 23/10/2004a. p. 61.

GASPAR, Ana. Instalações ampliadas para receber arquivos da RTP. *Jornal de Notícias*, Porto, 23/12/2004b. p. 53.

GASPAR, Ana. “Não vamos ter o canal de que todos gostam”. *Jornal de Notícias*, Porto, 26/12/2004c. p. 61.

GASPAR, Ana. RTP compra nova versão de “A escrava Isaura”. *Jornal de Notícias*, Porto, 24/12/2004d. p. 53.

GASPAR, Ana; BARROSO, Ricardo Paz. Direcção de informação demite-se em bloco. *Jornal de Notícias*, Porto, 16/11/2004. p. 53.

GUTIÉRREZ OLÓRTEGUI, Mario. *Imagens e imaginários de la televisión global. Dia Logos de la comunicación*. Lima. N 9º 45. junio de 1996, pp. 30-38.

JANEIRO, Diogo. Avaliação negativa do jornalismo português. *Jornal de Notícias*, Porto, 18/11/2004. p. 57

LOPES, Felisbela. Estratégias e rumos no panorama audiovisual português. In: PINTO, Manuel (Org.). *A comunicação e os media em Portugal (1995-1999): cronologia e leituras*

de tendências. Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga: 2000. pp.

MACIÁ MERCADÉ, Juan. "La fuerza del periodismo local en la era de la globalización electrónica". In: RAMOS FERNÁNDEZ, Fernando. *Estúdios de periodística V. Número Especial dedicado al Periodismo Local*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidade de Vigo, Pontevedra, 1997. pp. 45-67.

MARGATO, Dina. Últimas notícias da RTPN na RTP Internacional. *Jornal de Notícias*, Porto, 17/10/2004a. p. 65

_____. Luís Marinho é o mais provável sucessor. *Jornal de Notícias*, Porto, 17/11/2004b. p. 61.

_____. José Alberto de Carvalho à frente da Informação. *Jornal de Notícias*, Porto, 18/11/2004c. p. 57.

_____. Vitória da RTP quebra jejum de uma década. *Jornal de Notícias*, Porto, 22/02/2005.

MARGATO, Dina; BARROSO, Ricardo Paz. Director faz acusações de ingerência editorial. *Jornal de Notícias*, Porto, 23/11/2004a. p. 53.

MARGATO, Dina; BARROSO, Ricardo Paz. Administração explica episódio bicude que criou. *Jornal de Notícias*, Porto, 24/11/2004b. p.61.

MARQUES, Alexandre. Guterres acusa Governo de tentar controlar os media. *Jornal de Notícias*, Porto, 12/11/2004. p. 18.

OLIVEIRA LIMA, Maria Érica de. RTP: local ao global. Bocc online. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-erica-rtp-local-global.pdf> 2005.

PCP RECLAMA RETIRADA DA RTP DA REDE CABO SUIÇA. *Jornal de Notícias*, Porto, 14/12/2004c. p. 56.

ROCHA, João Manuel. Um suspiro de alívio na RTP. *Público*. Lisboa, 27/09/2004. p. 45.

RTP DEVE RECEBER 150 MILHÕES DE EUROS EM 2005. *Jornal de Notícias*, Porto, 17/10/2004d. p. 65

RTP AÇORES QUER REFORÇAR A PRODUÇÃO PRÓPRIA. *Jornal de Notícias*, Porto, 30/10/2004e. p. 57.

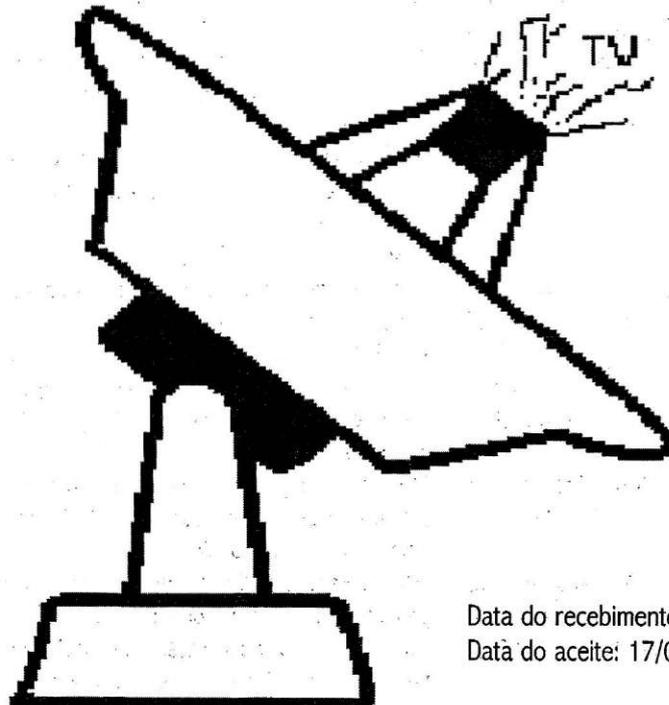
RTP OFICIALIZA COOPERAÇÃO COM TV MOÇAMBICANA. *Jornal de Notícias*, Porto, 30/10/2004f. p. 57.

SANTOS, Agostinho. RTP encerra serviço de chat do Teletexto. *Jornal de Notícias*, Porto, 19/11/2004a. p. 61.

SANTOS, Agostinho. "Fazer ficção histórica é fazer TV com dignidade". *Jornal de Notícias*, Porto, 02/01/2005. p. 57.

SIMÃO, Helena. Canal Óbidos será lançado em janeiro. *Jornal de Notícias*, Porto, 14/11/2004. p. 61.

SOUSA, Helena; SANTOS, Luís Antonio. "RTP e serviço público: um percurso de ultrapassagem, dependência e contradição". In: PINTO, Manuel (Org.). *tTelevisão e cidadania*. Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga: 2003. pp. 55-75.



Data do recebimento: 20/02/2006
Data do aceite: 17/04/2006